

**OF na AÇÃO RESCISÓRIA Nº 5.595 - SC (2015/0083801-3)**

**RELATORA : MINISTRA REGINA HELENA COSTA**  
**AUTOR : HANS WILHELM CREMER**  
**ADVOGADO : ERLON DA ROSA FONSECA E OUTRO(S) - SC011152**  
**RÉU : ASSOCIAÇÃO RASGA MAR - NA DEFESA DA**  
**NATUREZA**  
**ADVOGADO : ALDO FERNANDO ASSUNÇÃO - SC012701**

**DECISÃO**

**Vistos.**

Fls. 756/773e – Trata-se de pedido oriundo do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, para disponibilização de valor depositado, consoante o art. 488, II, do Código de Processo Civil de 1973, nos autos da Ação Rescisória n. 5.595/SC, na qual reconheci a incompetência absoluta desta Corte, e determinei a remessa dos autos à origem.

A petição foi instruída com cópias do acórdão proferido na origem e da Guia de Depósito.

**Feito breve relatório, decido.**

Em decisão monocrática de fls. 745.747e, declarei a incompetência absoluta desta Corte para processar e julgar a presente ação rescisória, e determinei, por conseguinte, a remessa do feito ao Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina.

Na origem, a Ação Rescisória foi julgada improcedente (fls. 760/768e).

Nesse contexto, a Resolução STJ n. 09, de 27.08.2018, que disciplina o recolhimento de depósitos judiciais de origem tributária e não tributária relativos aos processos de competência do Superior Tribunal de Justiça, no seu art. 3º, determina que:

*Art. 3º O levantamento do depósito judicial vinculado e dos respectivos acréscimos legais dependerá de autorização do ministro competente, mediante alvará, ordem de levantamento ou de transferência bancária em favor do beneficiário indicado na decisão, ou de seu procurador devidamente constituído nos autos que detenha poderes específicos para receber e dar quitação ou*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*para efetuar o levantamento de valores (destaque meu).*

Posto isso, **DEFIRO O PEDIDO**, determinando a transferência do valor depositado, nos termos do art. 488, II, do Código de Processo Civil de 1973, para a Agência/Operação/Conta n. 0847/040/0150540-7, em favor do Fundo de Reconstituição dos Bens Lesados do Estado de Santa Catarina.

Após as providências cabíveis, arquivem-se os autos.

Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se.

Brasília (DF), 23 de março de 2020.

MINISTRA REGINA HELENA COSTA

Relatora